

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

AQUISIÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS-PR

(Processo Administrativo nº 219/2025)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de alimentos perecíveis e não perecíveis para uso Administração Municipal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Exclusivo ME/EPP						
Item	Código do produto/Serviço e CATMAT	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço máximo	Preço máximo total
1	24 433275	SAL REFINADO Iodado, embalagem de plástico 1kg.	60	UN	2,34	140,40
2	52 464405	MAMÃO FORMOSA De 1º qualidade, sem danos mecânicos ou causados por pragas.	200	KG	9,32	1.864,00
3	60 463839	REPOLHO De 1º qualidade, sem danos mecânicos ou causados por pragas, embalagem de plástico - kg.	100	KG	5,13	513,00
4	61 463804	TOMATE De 1º qualidade, grande, com 60% de maturação, sem danos mecânicos ou causados por pragas, embalagem de plástico- Kg.	180	KG	7,47	1.344,60
5	350 465332	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL Tipo 1, enriquecida com ácido fólico e ferro, embalagem de papel com no mínimo 5 Kg. (Condições higiênico sanitárias de entrega de acordo com a resolução nº275 de 21 de outubro de 2002 e Portaria nº 326 de 30 de julho de 1997).	120	UN	20,19	2.422,80
6	354 464374	ABACAXI Maduro, sem danos mecânicos ou causados por pragas, de primeira qualidade, tamanho grande.	200	UN	12,88	2.576,00
7	358 447636	COXA E SOBRECOXA De frango congelada a granel, sem dorso - Kg.	130	KG	9,95	1.293,50
8	364 235093	BISCOITO DE LEITE Enriquecido com cálcio, crocante, embalagem de plástico com divisórias internas, pacote com no mínimo 300g.	300	UN	5,82	1.746,00
9	1073 464552	FEIJÃO Classe preto, qualidade tipo 1, grupo 1 comum, 1kg.	100	KG	6,76	676,00
10	2256 463831	COUVE FLOR	100	UN	9,03	903,00

		De 1º qualidade, sem danos mecânicos causados por pragas, embalados em pacotes de plástico – unidade.				
11	2397 463937	COLORAU Sem qualquer adição e livre de impurezas, embalagem de plástico de no mínimo 500g. (Condições higiênico sanitárias de entrega de acordo com a resolução nº 275 de 21 de outubro de 2002 e Portaria nº 326 de 30 de julho de 1997).	10	UN	9,87	98,70
12	2400 459077	AMIDO DE MILHO 500g Características adicionais: pó fino, branco, embalagem com no mínimo 500g. Deve conter a escrita 'Não contém glúten'. (Condições higiênico sanitárias de entrega de acordo com a resolução nº 275 de 21 de outubro de 2002 e Portaria nº 326 de 30 de julho de 1997)	60	UN	6,53	391,80
13	2577 463778	CHUCHU De 1º qualidade, sem danos mecânicos ou causados por pragas, embalados em pacotes de plásticos - kg.	80	KG	5,38	430,40
14	3132 462122	PIPOCA Classe amarela, tipo 1, pacote com no mínimo 500g.	150	UN	4,65	697,50
15	3821 463882	TEMPERO VERDE Ervas frescas de boa qualidade - maço (peso aproximado de 300 gramas), unidades.	80	MAÇO	3,97	317,60
16	3826 463707	BATATA PALHA Batata palha com 0% de gordura trans, feita com batatas selecionadas, fonte de energia, fonte de proteína, minerais e vitaminas - pacotes com no mínimo 100 gramas.	50	UN	9,17	458,50
17	3828 446534	CREME DE LEITE Ingredientes gordura láctea - mínimo 20%, apresentação embalagem tetra (caixinha), peso de no mínimo 200 gramas, prazo validade 180 dias, conservação ambiente seco e arejado.	200	UN	3,23	646,00
18	3842 447702	LINGUIÇA CALABRESA Tipo calabresa, características adicionais resfriada, embalagem de plástico de kg.	80	KG	31,20	2.496,00
19	4267 446623	OVOS DE GALINHA Embalagem de papel -Caixa com 1 dúzia.	300	UN	11,32	3.396,00
20	4270 305351	REFRIGERANTE Bebida gaseificada, de boa qualidade obtida pela dissolução em água potável, de suco ou extrato vegetal de sua origem, adicionada de açúcares. Sabores Variados, acondicionado em embalagem PET de 2 litros, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade (sabores serão definidos no ato da solicitação).	70	UN	8,43	590,10
21	4929 464401	MAÇA FUJI De 1ª qualidade, sem danos mecânicos ou causados por pragas. Embalado em caixa apropriada.	200	KG	12,36	2.472,00
22	4974 464014	LEITE CONDENSADO	200	UN	6,19	1.238,00

		Ingredientes leite integral/açúcar/leite pó integral e lactose, características adicionais homogêneo, embalagem com no mínimo 395 g.				
23	5139 474414	PIRULITO COLORIDO Açúcar, xarope de glicose, acidulante, ácido cítrico, aromatizantes, corante dióxido de titânio, corantes artificiais tartazina, vermelho 40 e azul brilhante FCF. Embalagem entre 480 a 530 gramas cada e com 50 pirulitos.	200	UN	12,19	2.438,00
24	5253 464400	MAÇA GALA De 1ª qualidade, sem danos mecânicos ou causados por pragas. Embalado em caixa apropriada.	200	KG	11,24	2.248,00
25	6932 446671	REQUEIJÃO Cremoso, embalagem com no mínimo 200g.	300	UN	9,69	2.907,00
26	8176 459084	SAGU Tipo 1, embalagem de plástico de no mínimo 500g. Deve conter a escrita 'Não contém glúten'. (Condições higiênico sanitárias de entrega de acordo com a resolução nº 275 de 21 de outubro de 2002 e Portaria nº 326 de 30 de julho de 1997)	50	UN	7,80	390,00
27	8723 416665	OLEO DE SOJA Refinado, embalagem Pet com 900 ml. (Condições higiênico sanitárias de entrega de acordo com a resolução nº 275 de 21 de outubro de 2002 e Portaria nº 326 de 30 de julho de 1997)	400	UN	8,09	3.236,00
28	9235 241571	CALDO DE GALINHA Embalagem de papel, caixa com 12 unidades, com no mínimo 110 gramas.	100	UN	4,33	433,00
29	9248 258080	CANELA EM RAMA Embalagem com no mínimo 20 gramas. (Condições higiênico sanitárias de entrega de acordo com a resolução nº 275 de 21 de outubro de 2002 e Portaria nº 326 de 30 de julho de 1997)	60	UN	5,82	349,20
30	9254 462824	MILHO VERDE Lata, conservada a vapor, peso drenado de no mínimo entre 170 e 200g.	150	UN	4,14	621,00
31	9262 447527	CARNE SUINA Características mínimas: picada em cubos, sem osso e sem gordura, fresca, embalada em pacotes de plástico;	80	KG	15,93	1.274,40
32	9265 459591	FERMENTO GELADO Para pão, embalagem plástica de 500g.	70	UN	16,00	1.120,00
33	9278 463832	ALFACE CRESPA Fresca sem danos mecânicos ou causados por pragas, de 1º qualidade embaladas em pacotes de plástico - unidade.	90	UN	4,38	394,20
34	9280 463754	BATATA INGLESA Tipo: Lisa de 1º qualidade, sem danos mecânicos ou causados por pragas, embaladas em pacotes de plástico – KG.	100	KG	7,03	703,00
35	9283 463770	CENOURA De 1º qualidade, sem danos mecânicos ou causados por pragas, embalagem de plástico - Kg.	200	KG	4,85	970,00

36	10049 464406	MANGA Fruta in natura, 1ª qualidade - Kg.	250	KG	8,18	2.045,00
37	10544 459596	FERMENTO BIOLOGICO - 125g Instantâneo, para pão, pizzas e massas doces, embalagem com 125 gramas a vácuo, com vencimento acima de 6 meses.	50	UN	8,85	442,50
38	11331 440671	EMULSIFICANTE E ESTABILIZANTE Neutro para massas, utilizado em pão, peso de no mínimo 200 g.	30	UN	15,46	463,80
39	11412 464380	BANANA CATURRA De 1º qualidade, sem manchas, sem danos mecânicos ou causados por pragas, pencas com 60 a 70% de maturação, embaladas em caixas adequadas kg.	3.000	KG	5,49	16.470,00
40	11416 463767	BETERRABA De 1º qualidade sem danos mecânicos ou causados por pragas, embaladas em pacotes de plástico - kg.	50	KG	5,55	277,50
41	11720 447485	FÍGADO DE GADO Fatiado em bifes de 1ª qualidade, fresco, sem pele, embalado em pacotes de plástico de 1 kg.	40	KG	17,18	687,20
42	11725 447705	LINGUIÇA TOSCANA Fabricada com produtos de 1º qualidade, com pouca gordura, fresca, embalada em pacotes de plástico KG.	50	KG	22,28	1.114,00
43	11730 460402	PÃO DE LEITE Com produtos de 1º qualidade, acondicionados em embalagem de plástico devidamente coberto (30g unidade) - kg.	400	KG	17,64	7.056,00
44	13586 244498	FAROFA DE MANDIOCA Temperada, sem pimenta pacote com no mínimo 500g.	40	UN	9,13	365,20
45	14779 463838	BROCOLIS Para salada, de 1º qualidade, sem danos mecânicos ou causados por pragas, embalagem de plástico - peso mínimo 300g.	70	UN	8,19	573,30
46	14801 463782	CEBOLA DE CABEÇA De 1ª qualidade sem danos fisiológicos ou mecânicos ou causados por pragas, embalagem de plástico - kg.	200	KG	5,55	1.110,00
47	14802 447751	EMPANADO DE FRANGO No mínimo 100gr cada, feito com carne de frango temperada, empanada, pré-cozido e congelado.	100	UN	2,50	250,00
48	17676 447447	CARNE BOVINA MOIDA 1ª, sem gordura e sem pele, a granel não congelada, moída no dia, embalada em pacotes de plástico de no máximo 1 kg cada.	100	KG	44,04	4.404,00
49	17925 467358	BARRA DE CEREAL Embalagem plástica, de no mínimo 22g, sabores torta de limão, cappuccino, frutas vermelhas, amêndoas, coco.	2.000	UN	2,19	4.380,00
50	19105 448524	SALSICHA DE FRANGO De 1º qualidade embalada em pacotes de plástico - Kg.	90	KG	17,31	1.557,90
51	22315	MACARRÃO CABELO DE ANJO	50	PCT	7,59	379,50

	458978	Tipo cabelo de anjo, pacote de no mínimo 500g.				
52	28183 447773	PRESUNTO Fatiado, sem capa de gordura - Ingredientes: Carne suína, água, sal, proteína de soja, regulador de acidez: lactato de sódio (INS 325), glicose, estabilizante: tripolifosfato de sódio (INS 451i), (INS 407), antioxidante: eritorbato de sódio (INS 316), espessante: goma garrofin (INS 410) e goma xantana (INS 415), corante natural: carmim de cochonilha, realçador de sabor: glutamato monossódico (INS 621), espessante: carragena, (INS 120), conservante: nitrito de sódio (INS 250) e aroma natural. Embalado a vácuo. Embalagem de no mínimo 180g.	300	UN	11,05	3.315,00
53	28186 446636	QUEIJO FATIADO MUSSARELA Características adicionais, primeira qualidade/embalado a vácuo/saco plástico - embalagem de 1kg.	300	KG	48,02	14.406,00
54	28428 474394	WAFER 115G Características mínimas: sabores diversos - pacote com no mínimo 115 gramas.	300	UN	3,53	1.059,00
55	30143 447877	SALAME SUINO TRADICIONAL Ingredientes Obrigatórios Carne Suína (mínimo de 60%, exceto para o salame tipo hamburguês, onde o teor permitido é de no mínimo 50%) Toucinho Sal, nitrito e/ou nitrato de sódio e/ou potássio.	100	KG	44,68	4.468,00
56	30161 447412	CARNE BOVINA DE DIANTEIRO - PALETA Picada em pedaços pequenos de 1ª qualidade, SEM OSSO, sem gordura, sem pelanca e sem sebo, fresca, embalada em pacote de plástico kg.	50	KG	39,07	1.953,50
57	30405 6130	FRUTAS CRISTALIZADAS Embalada em saco de polietileno. São compostas por mamão verde, mamão vermelho e laranja da terra (azeda). Embalagem de 150g.	30	UN	9,45	283,50
58	30410 7625	MELADO DE CANA Embalagem com no mínimo 500g.	80	UN	16,82	1.345,60
59	30698 463593	CAFÉ TORRADO Moído, de primeira qualidade, grão predominantemente arábico, com selo de pureza ABIC. Deverá conter a escrita de denominação de qualidade "tradicional" ou "extra forte" na embalagem, conter na embalagem o "ponto da torra" do produto: Torra média. Embalado a vácuo em embalagem metálica, acondicionado em caixa de papel individual, original do fabricante com no mínimo 500 g cada, validade 15 meses.	600	UN	25,63	15.378,00
60	30746 447747	HAMBURGUER Carne de bovino (65%), água, carne de suíno (9,6%), proteína de soja, gordura de suíno, cebola, sal, tecido conjuntivo de suíno, tecido conjuntivo de bovino, condimentos e intensificador de sabor: glutamato monossódico. Embaladas individualmente cada unidade de no mínimo 56g.	100	UN	2,17	217,00
61	30768	SAL AMONIACO	30	UN	3,75	112,50

	382990	Bicarbonato de amônia, aspecto físico pó branco, embalagem plástica com 100g.				
62	31010 447492	BUCHO BOVINO (DOBRADINHA) Tipo corte: bucho, apresentação: peça inteira, estado de conservação: resfriado.	20	KG	20,90	418,00
63	31011 447412	CARNE BOVINA COSTELA Tipo costela, sem pelanca, sem sebo, macia, picada - kg.	50	KG	26,46	1.323,00
64	31020 462684	FRUTA EM CALDA Pêssego em calda, embalagem com no mínimo 820g.	40	UN	14,20	568,00
65	31021 462657	FRUTA EM CALDA Abacaxi em calda, embalagem com no mínimo 820g.	60	UN	19,77	1.186,20
66	31023 466600	MANDIOCA Descascada em kg, acondicionada em embalagem apropriada.	50	KG	8,12	406,00
67	35667 446706	IOGURTE COM POLPA DE MORANGO Características mínimas: parcialmente desnatado; ingredientes: leite pasteurizado semidesnatado e/ou leite em pó reconstituído semidesnatado, açúcar e/ou xarope de açúcar e/ou açúcar líquido, preparado de morango (água, açúcar líquido invertido, polpa de morango, estabilizante: amido modificado, aroma idêntico ao natural de morango, acidulante: ácido cítrico, conservador: sorbato de potássio e corantes artificiais: azorrubina, vermelho ponceau azul brilhante), amido modificado, fermento lácteo e estabilizante gelatina, pacote de no mínimo 1 L.	200	UN	9,24	1.848,00
68	35869 346922	EXTRATO DE TOMATE Embalagem de lata ou plástico de no mínimo 800g.	100	UN	15,60	1.560,00
69	35986 462751	PÓ PARA PUDIM Descrição básica: Embalagem de plástico, os sabores serão solicitados no momento da compra, pacote com no mínimo 1 Kg.	50	KG	12,31	615,50
70	36754 464395	LARANJA BAHIA De 1ª qualidade sem danos mecânicos ou causados por pragas. Embalado em caixa apropriada.	500	KG	9,62	4.810,00
71	36755 464393	LARANJA PERA De 1ª qualidade sem danos mecânicos ou causados por pragas. Embalado em caixa apropriada.	300	KG	6,60	1.980,00
72	36767 258075	CAMOMILA Para chá, embalagem com 10 a 20 gramas. (Condições higiênico sanitárias de entrega de acordo com a resolução nº275 de 21 de outubro de 2002 e Portaria nº 326 de 30 de julho de 1997).	100	UN	4,33	433,00
73	36778 463912	NOZ MOSCADA MOÍDA 100% pura, embalagem plástica com 15 a 20 gramas. (Condições higiênico sanitárias de entrega de acordo com a resolução nº275 de 21 de outubro de 2002 e Portaria nº 326 de 30 de julho de 1997)	50	UN	6,63	331,50

74	36790 458920	FARINHA DE MANDIOCA Torrada tipo 01 (um), seca, fina. Embalagem de no mínimo 1 kg. Deve conter a escrita "Não contém glúten". (Condições higiênico sanitárias de entrega de acordo com a resolução nº275 de 21 de outubro de 2002 e Portaria nº 326 de 30 de julho de 1997)	10	UN	9,79	97,90
75	36794 459586	FERMENTO EM PÓ Químico, para bolo, embalagem com tampa rosqueável, com vencimento acima de 6 meses, com no mínimo entre 200 e 250g. Deve conter a escrita "Não contém glúten". (Condições higiênico sanitárias de entrega de acordo com a resolução nº 275 de 21 de outubro de 2002 e Portaria nº 326 de 30 de julho de 1997).	50	UN	9,59	479,50
76	36795 470688	FUBÁ DE MILHO Amarela, embalagem de plástico de no mínimo 1kg. Deve conter a escrita "Não contém glúten". (Condições higiênico sanitárias de entrega de acordo com a resolução nº 275 de 21 de outubro de 2002 e Portaria nº 326 de 30 de julho de 1997).	50	KG	4,61	230,50
77	36796 464574	LENTILHA Embalagem plástica de no mínimo 500 gramas. Deve conter a escrita "Não contém glúten". (Condições higiênico sanitárias de entrega de acordo com a resolução nº 275 de 21 de outubro de 2002 e Portaria nº 326 de 30 de julho de 1997).	20	UN	11,73	234,60
78	36797 459072	QUIRERINHA DE MILHO AMARELA Tipo 1, embalagem de 500g. Deve conter a escrita "Não contém glúten". (Condições higiênico sanitárias de entrega de acordo com a resolução nº 275 de 21 de outubro de 2002 e Portaria nº 326 de 30 de julho de 1997)	40	UN	5,06	202,40
79	36815 464004	CAIXA DE BOMBOM Características mínimas: caixa com bombons de chocolate ao leite sortidos, com no mínimo 250 g.	200	CX	12,97	2.594,00
80	36816 464009	PACOTE DE BOMBOM Características mínimas: De 1ª qualidade, bombom recheado, embalagem de plástico de no mínimo entre 800g e 1kg.	100	UN	48,12	4.812,00
81	38760 471259	CHOCOLATE GRANULADO Embalagem de no mínimo 500g, ingredientes: açúcar, gordura vegetal hidrogenada, cacau em pó, amido de milho, estabilizantes lecitina de soja e monoglicerídeos de ácidos graxos, sal, antiumectante talco, xarope de glicose, conservante sorbato de potássio e aromatizante. Não contem glúten.	30	UN	14,32	429,60
82	8536299 603269	AÇUCAR CRISTAL BRANCO 5kg Composição: origem vegetal, sacarose de cana de açúcar, prazo de validade informado na embalagem e não inferior a 6 (seis) meses quando da entrega, pacote com no mínimo 5 kg. (Condições higiênico sanitárias de entrega de acordo com a resolução nº 275 de 21 de outubro de 2002 e Portaria nº 326 de 30 de julho de 1997)	220	UN	21,59	4.749,80

83	29829799 232597	PÃO FRANCÊS Características mínimas: - com aproximadamente 50 gramas cada, produto de primeira qualidade, acondicionados em embalagens de plástico devidamente coberto.	1.000	KG	13,85	13.850,00
84	29829972 463904	LOURO Para tempero, embalagem plástica, pacote com no mínimo 4 gramas. (Condições higiênico sanitárias de entrega de acordo com a resolução nº 275 de 21 de outubro de 2002 e Portaria nº 326 de 30 de julho de 1997).	50	UN	3,20	160,00
85	29829984 481086	POLVILHO AZEDO Do grupo fécula do tipo 01, amiláceo de mandioca, embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade. Embalagem de no mínimo 500g.	120	UN	7,56	907,20
86	29831408 474370	BALAS Entre 400 e 600g De 1ª qualidade, bala mole (mastigável), embalagem com no mínimo entre 500 e 600g.	250	PCT	9,66	2.415,00
87	29831411 316056	BOLACHA TIPO ROSCA Nos sabores: milho, leite e coco, embalagem de plástico de no mínimo 300g.	250	UN	6,12	1.530,00
88	29831429 462772	SORVETE 1,5L - SABORES DIVERSOS Ingredientes: água, açúcar, xarope de glicose, sal, estabilizantes povidona e citrato de sódio, corantes naturais, e ingredientes específicos de sabor (exemplo: leite; cacau; chocolate; polpa de frutas entre outros). Os sabores serão solicitados no momento da compra.	200	UN	28,83	5.766,00
89	29831446 464012	LEITE DE COCO com no mínimo 200ml	100	UN	6,13	613,00
90	29831711 447710	LINGUIÇA DE FRANGO Temperada, sem glúten, resfriada, acondicionadas em pacotes de plástico, com lacre - Kg.	50	KG	23,06	1.153,00
91	29832278 436134	ADOÇANTE NATURAL Dietético líquido, sem sacarina sódica e ciclamato de sódio. frasco com no mínimo 100ml. (Condições higiênico sanitárias de entrega de acordo com a resolução nº 275 de 21 de outubro de 2002 e Portaria nº 326 de 30 de julho de 1997).	50	UN	14,33	716,50
92	29832282 458910	ARROZ - PARBOILIZADO 5 KG Tipo 1, embalagem com no mínimo 5 Kg. Deve conter a escrita "Não contém glúten". (Condições higiênico sanitárias de entrega de acordo com a resolução nº 275 de 21 de outubro de 2002 e Portaria nº 326 de 30 de julho de 1997).	10	UN	36,28	362,80
93	29832283 235092	BISCOITO CREAM CRACKER Embalagem de plástico com divisória interna, com no mínimo 300g.	300	UN	5,99	1.797,00
94	29832288 232236	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO TIPO MARIA Não podem apresentar excesso de dureza, biscoitos quebradiços. Embalagem de plástico com 3 (três) divisórias internas. Pacote com no mínimo 300g e prazo de validade informado na	300	UN	7,79	2.337,00

		embalagem e não inferior a 06 (seis) meses a partir da data da entrega. (Condições higiênico sanitárias de entrega de acordo com a resolução nº275 de 21 de outubro de 2002 e Portaria nº 326 de 30 de julho de 1997)				
95	29832294 463568	CAFE SOLUVEL Granulado de alta qualidade, tradicional, embalagem sachê contendo no mínimo 40 gramas.	200	UN	6,57	1.314,00
96	29832299 236613	CHA MATE SABORES DIVERSOS Torrado e moído para infusão, embalagem de papel com no mínimo 40g, com 25 saquinhos. (Condições higiênico sanitárias de entrega de acordo com a resolução nº 275 de 21 de outubro de 2002 e Portaria nº 326 de 30 de julho de 1997).	150	UN	5,88	882,00
97	29832300 467317	CHOCOLATE EM BARRA Ao leite, embalagem de no mínimo entre 80 e 90g. Sabores serão solicitados no momento da compra (preto ou branco).	100	UN	6,87	687,00
98	29832301 237916	COCO Ralado úmido adoçado sem glúten, pacote com no mínimo 100g.	100	UN	4,79	479,00
99	29832305 463892	CRAVO DA INDIA De primeira qualidade, embalagem com 8 a 12 gramas. (Condições higiênico sanitárias de entrega de acordo com a resolução nº 275 de 21 de outubro de 2002 e Portaria nº 326 de 30 de julho de 1997).	50	UN	6,26	313,00
100	29832312 462608	DOCE DE FRUTAS Características mínimas: cremoso, embalagem de no mínimo entre 800g e 1 Kg.	50	UN	17,26	863,00
101	29832316 401735	ERVA DOCE Semente, para chá, embalagem com 10 a 15 gramas. (Condições higiênico sanitárias de entrega de acordo com a resolução nº 275 de 21 de outubro de 2002 e Portaria nº 326 de 30 de julho de 1997)	130	PCT	4,62	600,60
102	29832319 464570	ERVILHA SECA PARTIDA Tipo 01. Na embalagem devem constar as características do produto, data de fabricação e validade não inferior a 6 (seis) meses a partir da data de entrega do produto. Embalagem plástica com no mínimo 500g. (Condições higiênico sanitárias de entrega de acordo com a resolução nº 275 de 21 de outubro de 2002 e Portaria nº 326 de 30 de julho de 1997)	50	UN	10,91	545,50
103	29832322 459015	FARINHA BIJU DE MILHO AMARELA Embalagem de no mínimo 500 gramas. Deve conter a escrita 'Não contém glúten'. (Condições higiênico sanitárias de entrega de acordo com a resolução nº 275 de 21 de outubro de 2002 e Portaria nº 326 de 30 de julho de 1997).	50	UN	6,99	349,50
104	29832325 326330	FARINHA DE KIBE Trigo para kibe, embalagem com no mínimo 500g.	50	UN	6,06	303,00
105	29832337 446019	LEITE EM PO INTEGRAL	200	UN	18,65	3.730,00

		Instantâneo. Embalagem aluminizada, intacta e bem vedada. Embalagem com no mínimo 400g.				
106	29832338 445995	LEITE INTEGRAL Longa vida integral, embalagem Tetra Pack de 1 L. (Condições higiênico sanitárias de entrega de acordo com a resolução nº 275 de 21 de outubro de 2002 e Portaria nº 326 de 30 de julho de 1997)	1.500	UN	6,30	9.450,00
107	29832339 458953	MACARRÃO ESPAGUETE Macarrão com ovos, tipo espagete, embalagem de no mínimo 1Kg.	50	KG	8,26	413,00
108	29832340 458974	MACARRÃO PARAFUSO Macarrão tipo parafuso, embalagem de no mínimo 1Kg.	50	KG	7,48	374,00
109	29832341 326927	MAIONESE Embalagem em sachê com no mínimo 200g.	50	UN	5,87	293,50
110	29832342 463699	MARGARINA De no mínimo 500G gorduras totais 3g, sódio 35g, lipídios enriquecidos de vitaminas livre de gorduras TRANS.	100	UN	8,18	818,00
111	29832343 279242	MISTURA PRONTA PARA BOLO Diversos sabores, embalagem com no mínimo entre 390 e 450g.	300	UN	6,41	1.923,00
112	29832344 452507	PANETONE DE CHOCOLATE Gotas sabor chocolate, com no mínimo 500g.	20	UN	24,59	491,80
113	29832345 265783	PÓ PARA GELATINA PESO MÍNIMO 20g Na embalagem devem constar as características do produto, data de fabricação e validade não inferior a 6 (seis) meses a partir da data de entrega do produto. Sabor a ser definido no ato da solicitação.	50	UN	2,50	125,00
114	29832346 446648	QUEIJO RALADO Tipo parmesão, embalagem com no mínimo 40g.	100	UN	6,09	609,00
115	29832347 396125	SUCO EM PÓ Sabores morango, tangerina e abacaxi, embalagem de no mínimo entre 300 e 500g.	100	UN	11,43	1.143,00
116	29832348 249817	VINAGRE De vinho tinto, embalagem de no mínimo 500ml.	50	UN	6,10	305,00
117	29832349 463751	ABOBRINHA De 1º qualidade, sem danos mecânicos ou causados por pragas, embalagem de plástico.	100	KG	4,68	468,00
118	29832350 463818	ACELGA De 1ª qualidade, sem danos mecânicos ou causados por pragas, as folhas verdes que deverão ser de cor viva e não devem apresentar qualquer escurecimento ou amarelecimento. As folhas não devem ter pequenos buracos. As hastes devem ser frescas. Embalagem em pacotes de plástico - unidade.	50	UN	7,69	384,50
119	29832351 447764	APRESUNTADO - FATIADO De 1ª qualidade - embalagem de plástico Kg.	150	KG	37,61	5.641,50
120	29832352 463753	BATATA DOCE De 1ª qualidade sem danos mecânicos, ou causados por pragas, embaladas em pacotes de plástico.	80	KG	6,02	481,60
121	29832353	BERINJELA	50	KG	9,05	452,50

	463764	De 1º qualidade, sem danos mecânicos ou causados por pragas, embalagem de plástico - KG.				
122	29832354 447640	CORAÇÃO DE FRANGO Bandeja de 1 kg.	50	KG	39,17	1.958,50
123	29832355 469775	LEITE FERMENTADO Tipo Yakult, embalagem com 6 unidades de no mínimo 75g cada.	50	UN	13,29	664,50
124	29832356 413364	MEL De abelhas. embalagem com no mínimo 500g.	80	UN	27,33	2.186,40
125	29832357 464418	MELANCIA De 1ª qualidade, sem danos mecânicos ou causados por pragas - Kg.	400	KG	4,41	1.764,00
126	29832358 447589	MOELA DE FRANGO Congelada. embalagem de 1 kg.	60	KG	14,84	890,40
127	29832359 446536	NATA Com no mínimo 300g, ingredientes: Creme de leite. Embalagem de no mínimo 300g.	150	UN	11,69	1.753,50
128	29833573 463553	ACHOCOLATADO EM PÓ (entre 600g e 700g) Deve conter: Açúcar, cacau em pó, maltodextrina, minerais (cálcio e ferro), vitaminas (A, C, D e complexo B), emulsificante lecitina de soja e aromatizante. Embalagem com no mínimo entre 600 e 700g. (Condições higiênicas sanitárias de entrega de acordo com a resolução nº 275 de 21 de outubro de 2002 e Portaria nº 326 de 30 de julho de 1997).	100	UN	13,87	1.387,00
129	29833574 463993	AÇÚCAR MASCAVO 500g Obtido através do melaço da cana-de-açúcar, produção recente, embalado de acordo com as exigências da Vigilância Sanitária, em embalagens transparentes no mínimo 500g.	50	UN	9,07	453,50
130	29833575 445484	ÁGUA MINERAL SEM GÁS (caixa com 48 copos de 200ml cada) Material embalagem: plástico, tipo embalagem: descartável, caixa com 48 copos de 200ml cada copo.	800	UN	31,93	25.544,00
TOTAL						258.868,50

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação do contrato no PNCP, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 17/06/2024;
- III) Id do item no PCA: 261 a 378
- IV) Classe/Grupo: Alimentos;
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-100/2025;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 **Utilização de Ingredientes Sustentáveis:** A partir do início da execução contratual, a CONTRATADA deverá causar menor impacto sobre recursos naturais, como flora, fauna, ar e solo, reduzindo o consumo de água;

4.1.2 **Redução de Embalagens:** utilizando materiais biodegradáveis, recicláveis ou reutilizáveis, dentre outros;

4.1.3 **Eficiência Energética:** Otimização no processo para evitar o desperdício de energia. O uso eficiente da energia pode gerar economia, reduzir custos e, principalmente, contribuir para a preservação do meio ambiente;

4.1.4 **Gestão de Resíduos:** A empresa deverá se comprometer com a destinação ambientalmente correta dos resíduos que atenda as normas específicas;

4.1.5 **Inclusão Social:** Os fornecedores devem demonstrar compromisso com a inclusão social, garantindo oportunidades por meio de um conjunto de ações, que os cidadãos possam participar de todas as esferas da vida em sociedade, independente de características como classe social, etnia, idade, ou quaisquer outras que os diferenciem da maioria ou do que é tido como padrão;

4.1.6 **Transparência e Certificações:** A transparência é a única forma de se tratar a sustentabilidade com a seriedade que o tema merece. A empresa deverá implementar práticas sustentáveis em suas operações, quanto a certificações e compromissos ambientais.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Margem de Preferência:

4.4. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência **adicional** de 10%, prevista no Decreto Municipal n.º 21.231/2024.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento do empenho.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Prazo e Local de Entrega: A entrega deverá ser feita sem ônus de entrega ou transporte para o município e nos locais informados pelo departamento de compras no horário das 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 16:00 horas (horário local).

5.4. A empresa vencedora deverá atender as solicitações da Secretaria de Administração/Departamento de Compras, que fará o pedido com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência.

5.5. Os itens perecíveis refrigerados deverão ser transportados em temperatura adequada para cada tipo de produto segundo as indicações do rótulo. As caixas que forem utilizadas para entrega de mercadorias perecíveis deverão estar limpas e higienizadas.

5.6. Os produtos que no ato da entrega não apresentarem as características licitadas de descrição, marca e data de validade, não serão aceitos e deverão ser repostos de forma adequada em no máximo 5 (cinco) dias.

5.7. O município aceitará produtos com embalagens menores daquelas especificadas na proposta desde que a proponente complemente a unidade de medida de acordo com o estabelecido. Por exemplo: Embalagem com 400 (quatrocentas) gramas, a proponente poderá entregar duas embalagens de 200 (duzentas) gramas cada, desde que somados os pesos correspondam com o peso estabelecido na proposta.

5.8. Da Validade: os produtos objetos desta licitação, no ato da entrega, deverão estar com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da vigência estipulada pelo fabricante a transcorrer.

5.9. O município rejeitará produtos que estejam com embalagem violadas e/ou danificadas.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.10. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de

apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor do contrato.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das

sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela

Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.11.1 o prazo de validade;
- 8.11.2 a data da emissão;
- 8.11.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.11.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 8.11.5 o valor a pagar; e
- 8.11.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.14.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.14.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.26. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.27. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

Reajuste

8.31. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 17/2/2025.

8.32. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.33. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.34. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.35. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.36. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.37. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.38. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.24. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.29.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.29.1.1. Similaridade: Os bens fornecidos nos contratos atestados devem ser similares em complexidade tecnológica e operacional ao objeto da licitação em questão;

9.29.1.2. Abrangência: A quantidade total dos bens fornecidos nos contratos atestados deve ser compatível com o objeto da licitação, demonstrando capacidade para atender à demanda;

9.29.1.3. Experiência em Contratos Públicos: Priorizar atestados de contratos com a Administração Pública, pois comprovam experiência e conhecimento em licitações e contratos públicos;

9.29.1.4. Conclusão: Os contratos atestados devem ter sido concluídos dentro do prazo contratual, evidenciando confiabilidade e cumprimento de prazos;

9.29.1.5. Experiência em Contratos de Grande Porte: Considerar atestados de contratos com prazos mais extensos e maior valor, pois indicam capacidade para lidar com projetos complexos;

9.29.1.6. Boa Execução: Os contratos atestados devem ter sido executados com boa qualidade, sem pendências ou reclamações;

9.29.1.7. Ausência de Sanções: A empresa não deve ter recebido sanções contratuais nos contratos atestados, como multas ou rescisões;

9.29.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.29.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.29.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.30. Alvara sanitário em plena validade.

Disposições gerais sobre habilitação

9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 258.868,50 (duzentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Órgão: 06;
- II) Unidade: 001;
- III) Projeto ou Atividade: 04.122.0003.2024;
- IV) Conta de despesa: 3.3.90.30.00.00; e
- V) Fonte de recurso: 01770 e 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres).

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Dois Vizinhos, 19 de fevereiro de 2025.

Matheus Nogueira Ponte e Rudinei Curzel
Agentes Administrativos
Departamento de Compras

ANEXO II
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Dois Vizinhos-PR, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)